

Agricultura: "Exame de saúde" para racionalizar a política agrícola comum e abordar novos desafios

A Comissão Europeia revelou hoje o seu projecto para racionalizar e continuar a modernizar a política agrícola comum da União Europeia. No seguimento da abordagem iniciada com as reformas de 2003, o chamado "exame de saúde" da PAC visa melhorar o funcionamento da política agrícola com base na experiência adquirida desde 2003, adequando-a aos novos desafios e oportunidades numa UE de 27 Estados-Membros em 2007. As reformas modernizaram a PAC, mas o "exame de saúde" representa uma oportunidade perfeita para aprofundar a revisão da política. No "exame" serão colocadas três questões principais: Como tornar mais eficaz e mais simples o sistema de ajudas directas? Como garantir a relevância, no mundo em que vivemos hoje, dos instrumentos de apoio do mercado, originalmente concebidos para uma Comunidade a seis? E como iremos enfrentar os novos desafios, que vão das alterações climáticas aos biocombustíveis, à gestão dos recursos hídricos e à protecção da biodiversidade? O objectivo da comunicação de hoje é lançar um processo abrangente de consultas ao longo dos próximos seis meses. Na próxima Primavera, a Comissão apresentará propostas legislativas, que espera poderem ser adoptadas pelos ministros da agricultura até ao final de 2008 e imediatamente aplicadas. Em 2007 e 2008 a Comissão desenvolverá a sua abordagem da revisão orçamental 2008/2009. O "exame de saúde" constitui uma acção preparatória neste quadro, sem antecipar o resultado da revisão: ajusta as reformas de 2003 e contribui para a discussão sobre as prioridades futuras no domínio da agricultura.

Mariann Fischer Boel, Comissária responsável pela agricultura e pelo desenvolvimento rural, declarou: "O facto de procedermos a um "exame de saúde" significa que o paciente está doente? De maneira nenhuma: é normal que uma pessoa perfeitamente saudável visite o seu médico para ver se não precisará de mudar o modo como faz algumas coisas para poder continuar em boa forma física. Do mesmo modo, precisamos de verificar se não será necessário ajustar a PAC a uma União com 27 membros e a um contexto de rápida evolução mundial. As mudanças que proponho trarão reais diferenças aos agricultores, consumidores e contribuintes."

Medidas sugeridas:

Tornar o regime de pagamento único mais simples e mais eficiente.

A comunicação avança, entre outras, as seguintes ideias:

- passar de um sistema de pagamentos baseados em receitas históricas para um sistema mais "normalizado";
- aumentar a taxa de dissociação nos países que optaram, num determinado número de sectores agrícolas, pela manutenção da ligação entre os subsídios e a produção, embora o apoio não dissociado possa ainda ter um papel em regiões em que a produção é de escala reduzida, mas possui especial importância económica ou ambiental;
- reduzir gradualmente o nível de apoio em função dos volumes de pagamentos globais aos grandes agricultores, a partir, por exemplo, de um nível de € 100 000 por ano; para tal, será necessário estabelecer uma diferenciação entre explorações que são propriedade de diversos agricultores e empregam muitos trabalhadores e explorações que têm um único proprietário e empregam poucos trabalhadores;
- aumentar a quantidade de terra de que um agricultor terá de ser proprietário para poder beneficiar dos apoios da UE (actualmente 0,3 hectares);
- rever as normas de condicionalidade que os agricultores são obrigados a respeitar para receber apoio de Bruxelas; esse processo poderá passar pela eliminação de algumas obrigações desnecessárias, mas implicar também novas obrigações, para dar resposta a novos desafios como o melhoramento da gestão dos recursos hídricos ou a minimização das alterações climáticas.

Ajustar os instrumentos de apoio do mercado para garantir a sua relevância numa UE de 27 membros em 2007

A comunicação pergunta:

- deve a intervenção reverter ao seu objectivo original, que é o de funcionar como uma verdadeira rede de segurança – em especial tendo em conta a situação actual, em que os preços de mercado apresentam um comportamento tão positivo?
- pode a intervenção para a maioria dos cereais ser fixada em zero, embora mantendo a intervenção para um único cereal (trigo panificável)?
- não deve a retirada de terras ser abolida, encontrando ao mesmo tempo novas formas de conservar os benefícios ambientais que dela decorreram?
- as quotas de leite já estão programadas para desaparecer em 2015, mas não deve haver até lá um aumento gradual, para permitir uma "aterragem suave" para o sector? Devem ser analisadas medidas que possam ajudar os produtores das regiões da UE fortemente dependentes da produção leiteira, como as zonas montanhosas.

Responder a novos desafios:

A comunicação examina as formas como a política agrícola poderá responder aos novos desafios e oportunidades que se deparam à agricultura da UE.

Entre elas incluem-se: gestão dos riscos, combate às alterações climáticas, gestão mais eficiente dos recursos hídricos, máximo aproveitamento das oportunidades oferecidas pelas bioenergias e conservação da biodiversidade.

Os objectivos relativos às alterações climáticas e à gestão da água podem ser alcançados através da condicionalidade.

Deve haver incentivos para melhorar a acção nestas áreas, mas tal custará dinheiro.

A melhor forma de financiar as novas medidas necessárias é através da política de desenvolvimento rural.

A comunicação propõe o aumento da taxa de "modulação", ou seja, a redução dos pagamentos directos a todas as explorações agrícolas que recebam mais de € 5 000 por ano e a transferência do dinheiro para o orçamento de desenvolvimento rural.

Este seria gradualmente aumentado dos actuais 5% para 13% em 2013.

Deve igualmente verificar-se se o prémio às culturas energéticas ainda é necessário, dados os novos incentivos à produção de biocombustíveis, como as metas obrigatórias de bioenergia, e os preços elevados.

Para mais informações:

http://ec.europa.eu/agriculture/healthcheck/index_fr.htm